

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA  
*Universidade do Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (Unidade de I&D 4059 da FCT)*  
amspsilva@hotmail.com  
<http://orcid.org/0000-0002-2403-4737>

SOBRE OS *CALLAECI* E O SEU EPÓNIMO:  
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

ON THE *CALLAECI* AND THE EPONYMIC ISSUE:  
SOME REMARKS

“Conimbriga” LXII (2023) p. 19-48

[http://doi.org/10.14195/1647-8657\\_62\\_3](http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_3)

Texto recebido em / Text submitted on: 06/02/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 05/07/2023

RESUMO: Tomando como ponto de partida o trabalho publicado no anterior número de *Conimbriga* (Fernández Calo, “Os *Callaeci* e a questão eponímica”), discutem-se diversos aspetos historiográficos, com base, essencialmente, nas fontes literárias clássicas e na epigrafia latina, acerca da localização, tanto do núcleo urbano de *Cale*, mencionado pela primeira vez no “Itinerário de Antonino”, como do *populus/ciuitas* dos *Callaeci*, que a tradição literária identifica como a primeira comunidade indígena situada a norte do rio Douro que afrontou o cônsul romano *Decimus Iunius Brutus* quando este fez uma incursão militar ao noroeste da península em 138-137 a.C. O triunfo da missão fez com que *Brutus* adotasse o cognome honorífico *Calaiscus*, celebrado em vários monumentos de Roma. Conclui-se que, não obstante o estudo de Fernández Calo ter o propósito de renovar a discussão sobre um tema fundamental da história antiga do Noroeste, a falta de novas fontes, designadamente epigráficas, não permite que

se alcancem ganhos significativos na interpretação dos dados disponíveis.

PALAVRAS-CHAVE: História Antiga; *Callaeci*; Galaicos; Norte de Portugal.

ABSTRACT: Taking as a starting point a paper published in the previous issue of *Conimbriga* (Fernández Calo, “The *Callaeci* and the eponymic issue”), various historiographical aspects are discussed, essentially based on classical literary sources and Latin epigraphy, concerning the location, both of the urban center of *Cale*, mentioned for the first time in the “Antonine Itinerary”, and of the *populus/ciuitas* of the *Callaeci*, which literary tradition identifies as the first indigenous community located north of the Douro River that confronted the Roman consul *Decimus Iunius Brutus* when he made a military incursion to the northwest of the peninsula, in 138-137 BC. The triumph of the mission made *Brutus* to adopt the honorific cognomen *Calaicus*, celebrated in several monuments in Rome. It is concluded that, despite the fact that the study presented by Fernández Calo has the purpose of renewing the discussion on a fundamental theme of the Ancient History of the Northwest, the lack of new sources, namely epigraphic ones, does not allow significant gains to be achieved in the interpretation of the available data.

KEYWORDS: Ancient History; *Callaeci*; Galicians; North of Portugal.

## SOBRE OS *CALLAECI* E O SEU EPÓNIMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Publicou a *Conimbriga* no seu volume LXI (2022) interessante análise historiográfica subscrita por Martín Fernández Calo, autor de diversos estudos sobre a organização e estruturação do poder entre os povos galaicos (por exemplo, FERNÁNDEZ CALO, 2018, 2020). Este investigador debruçou-se agora sobre o que designa como “questão eponímica” dos *Callaeci*, ou seja, a interpretação – fundada em proposta de A. Tranoy (1977) e que afirma ser consensual na historiografia moderna – que radica a designação coronímica dos povos antigos da fachada ocidental do Noroeste peninsular – a *Callaecia* – em uma comunidade étnica dos finais da Idade do Ferro que teria tido o seu solar na margem esquerda da foz do Douro, os *Callaeci* propriamente ditos. Propõe-se, portanto, o autor reavaliar criticamente as fontes clássicas, designadamente Plínio e Estrabão, e analisar os registos epigráfico e paleolinguístico, para, em conclusão, denunciar “a fraqueza da questão etnonímica”, a fim de “ampliar as perspetivas sobre as origens do corónimo e da identidade antiga da *Callaecia*” (FERNÁNDEZ CALO, 2022: 54)<sup>1</sup>.

Sublinhando a capacidade de argumentação de Fernández Calo, e colhendo o nosso acordo a maior parte da sua exposição, entendemos, ainda assim, contribuir para o debate com algumas observações que julgamos oportunas, tanto mais que o tema dos *Callaeci* e a questão eponímica têm também estado ultimamente no centro das nossas reflexões (SILVA, 2018, 2020, 2021).

---

<sup>1</sup> Para abreviar, indicaremos por vezes como *Idem* todas as referências a este trabalho do mesmo Autor.

## A historiografia

No seu intento de desmontar o “consenso historiográfico” que faz radicar no artigo de Tranoy (1977), Fernández Calo começa por uma revisão historiográfica sobre o tema, para evidenciar a “variabilidade de posturas” vigente até ao estudo do investigador francês. O Autor remonta a Jerónimo Contador de Argote (1738: 48-50) o reconhecimento dos *Callaeci* como *populus/ciuitas* específico, erudito a que se seguiram Florez (1787: 18-19; a que podemos acrescentar 1749: 185ss., 234) e outros autores galegos e castelhanos, concluindo com Rodríguez Colmenero (1977: 32), todos eles apontando o suposto território dos *Callaeci* numa região do norte interior de Portugal e seus limites com a Galiza, por altura das serras do Gerês/Xurês ou do Barroso, como opinou este último investigador no trabalho citado. A mudança de paradigma ter-se-ia dado com a proposta de Luís Monteagudo (em estudo datado de 1955, e não 1956, como por lapso indica), de relacionar, linguisticamente, o referido *populus* com *Cale*, entendido como o núcleo original da moderna cidade do Porto (FERNÁNDEZ CALO, 2022: 55). Ora, a ideia original não foi de Monteagudo, pois já muito antes, do lado português, A. A. Mendes Correia havia feito a sugestão de serrar em *Cale* aquele povo (CORREIA, 1934: 18; 1936: 24-25), com ecos na historiografia galega anteriores à nota de Monteagudo (TORRES RODRÍGUEZ, 1951-1952: 6-7), podendo mesmo remontar-se a mesma proposta a Manuel Pereira de Novais, beneditino do mosteiro de São Martinho de Compostela, que redigiu, em castelhano, a sua *Anacrisis Historial* cerca de 1631, nela dizendo, logo no prólogo, referindo-se à cidade do Porto: “Pues del Primer nombre que tuvo de Cale se dedució al Reyno Illustrissimo de Galicia el nombre de Calecia, Y de Galecia, que es nombre que Plinio le da en su Historia Natural (...)” (NOVAIS, 1912: 11).

Aliás, Fernández Calo é parco, entre o elenco historiográfico convocado, na referência a autores portugueses, omitindo, por exemplo, Torquato de Sousa Soares, o qual, fundado apenas na interpretação dos textos plinianos, situava os *Callaeci* em região mais interior da bacia do Douro (SOARES, 1957: 219), ou, entre aqueles que mais afincadamente se dedicaram à etnogeografia dos povos antigos, diversos estudos de Jorge de Alarcão (1990, 1998, 1999, 2000, 2017) ou Armando Coelho Ferreira da Silva (2000, 2007, 2011, 2013, 2015), alguns desses autores citados apenas mais adiante, quase de passagem, à semelhança

de autores como Pereira-Menaut, Dolores Dopico e outros académicos e investigadores galegos, apresentados como “epígonos” acríticos das teses de Tranoy.

Recenseando o texto seminal (TRANOY, 1977) para o debatido “consenso historiográfico” acerca da “questão eponímica”, Fernández Calo estrutura, com acuidade, as propostas daquele investigador em torno de três pontos: “a base documental da presunção de uma *ciuitas callaecorum*”, a “noção da traslação do seu etnónimo a toda a região” e a “razão da localização da *ciuitas* epónima em torno do Porto” (*Idem*: 56), desde logo passando a criticar alguns aspetos metodológicos da análise de Tranoy, concluindo que a compilação de fontes deste autor para a justificação da sua proposta “resulta (...) muito incompleta, mas é a melhor que se fez então e até hoje mesmo” (*Idem*: 57).

Como fontes literárias para a consideração do *populus* pré-romano dos *Callaeci*, organizado como uma *ciuitas* em tempos imperiais, Fernández Calo analisa em particular as passagens de Plínio-o-Velho que se lhe referem e que são bem conhecidas (*NH*, III, 28 e IV, 112-113), salientando, como de há muito foi atestado, a singularidade do testemunho do Naturalista, entre os autores antigos, sobre o assunto, acrescentando – referindo-se à *Naturalis Historia* – que “o seu estilo esquemático e condensado a dota de uma forte ambiguidade” (FERNÁNDEZ CALO, *idem*: 61).

Ora, é verdade que Plínio tem sido criticado por manifestar, certas vezes, falta de critério metodológico, ou pela desigualdade com que trata os assuntos, registando-se erros, duplicações e omissões mais ou menos flagrantes (SORACI, 2016: 560), como também pela indicação pouco precisa das fontes de informação (CIPRÉS TORRES, 2016: 91-92)<sup>2</sup>, ou ainda por ter optado mais pela exaustividade que pelo equilíbrio (TRAINA, 2007: 100), não resistindo a encobrir com *mirabilia* e *admirationanda* certas descrições ou narrativas (VIAL-LOGEAY, 2017: 22-23). Não obstante, em resultado da sua carreira administrativa e conhecimento da Tarraconense, província de que foi procurador entre os anos de 72 e 74, teve, por certo, particular conhecimento das realidades étnicas da região, designadamente em resultado do acesso a informações atualizadas, considerando os censos que, por aquela altura, terão sido realizados no noroeste ibérico (SYME, 1969: 216; GUERRA, 1995:

---

<sup>2</sup> Particularmente notória, aliás, no que se refere ao livro III da *História Natural* (ARMANI, 2017: 107).

19-21; MATA SOLER, 2014: 182; LE TEUFF-LOUDOT, 2017: 278). Assim se compreende o sentido prático e visão administrativa (TRAINA, 2007) com que organizou alguns dos livros, hierarquizando a apresentação da Hispânia em províncias e *conuentus*, seguidos dos respetivos povos e cidades. É neste quadro, após a enunciação dos *conuentus* da Citerior, que Plínio elenca e quantifica as suas comunidades étnicas e população, local onde se encontra a passagem que ora nos interessa. Assim, deve reconhecer-se, como ponto de partida, que não há qualquer outro autor da Antiguidade que nos tenha legado informes tão preciosos – ainda que, certamente, os quiséssemos ainda mais precisos e *científicos* – sobre o noroeste peninsular (SILVA, 2021: 700-701).

Estranha também Fernández Calo a singularidade da menção dos *Callaeci* em Plínio, que descreve como “anomalia” e um “*hapax* na própria obra pliniana” (*Idem*: 61)<sup>3</sup>. Singular será, sem dúvida, mas note-se que das 24 *ciuitates* do *conuentus*, Plínio apenas discrimina sete, entre as que entendeu mais fáceis de nomear (“*citra fastidium nominetur*”), deixando na sombra as restantes dezassete. E se é escasso, com efeito, o registo dos *Callaeci*, não será muito maior o que documenta os *Leuni* ou os *Seurbi*, por exemplo. Talvez, para estes *populi*, a “questão eponímica” não se coloque com tanta acuidade, mas não é por isso que os deveremos eliminar da história antiga da região.

Passando ao trecho da *NH*, IV, 112-113, reencontra-se Fernández Calo com a debatida expressão “*Leuni Seurbi Bracarum oppidum Augusta quos super Callaecia*”, que tem sido interpretada quer como expressão de supremacia ou tutela administrativa, respeitante aos ditos Leunos e Seurbos (“sobre os quais fica a Galécia”), quer – na opinião da maioria dos autores – com um sentido meramente geográfico, seguindo a ordem da descrição de Plínio, que é de norte para sul, e explicitando apenas que a *Callaecia* estaria localizada mais a sul do que *Bracara* e os territórios dos anteriores povos (GUERRA, 1995: 77; MARTINS ESTÊVEZ, 2008: 311-312; GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017: 136)<sup>4</sup>. A esta

---

<sup>3</sup> Em outro ponto da *Naturalis Historia*, Plínio menciona a exportação para Itália do “linho zélico”, muito procurado na Campânia para o fabrico de redes de caça, que seria produzido em uma *ciuitas* da Galécia, não identificada, mas situada como estando próxima do oceano (“*Ciuitas ea Gallaeciae et oceano propinqua*”, *NH*, XIX, 10), tendo aqui a expressão *Gallaecia*, aparentemente, um valor coronímico.

<sup>4</sup> Opinião, de largo, a mais corrente (TRANOY, 1981: 65-66), sendo exceção mais notória a perspetiva de A. Rodríguez Colmenero, o qual, fundado em distinta inter-

aceção, que considera contraditória com a passagem imediatamente seguinte do texto pliniano, prefere Fernández Calo para o advérbio *super* uma interpretação orográfica: o *populus* dos *Callaeci* teria o seu solar “*acima*, ou seja, no interior, mais alto que a costa”, interpretação, a nosso ver, algo singular.

É notória, como frequentemente tem sido observado (GUERRA, 1995: 77), a dificuldade de compaginar esta informação de Plínio com o texto imediatamente seguinte, onde o naturalista se refere ao rio Douro, explicitando os povos e regiões separadas por aquele curso de água: “*dein per Areuacos Vaccaeosque, disternatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens*” (NH, IV, 112), ou seja, o Douro corria pelas terras dos Arevacos e Vaceus, fazia fronteira entre as Astúrias e os Vetões, entre os Galaicos e a Lusitânia e “separando neste ponto igualmente os Brácaros dos Túrdulos”, na tradução de Amílcar Guerra (1995: 31).

Esta passagem pode ser interpretada como aludindo a duas expressões regionais ou coronímicas, Lusitânia/Galécia, das quais se especificariam apenas as subcomunidades dos *Bracari* e dos *Turduli*, como sugeriu aquele mesmo autor (1995: 77), mas deve notar-se, igualmente, que se, um pouco antes, Plínio se referira à *Gallaecia*, agora contrapõe a uma província (*Lusitania*), não a Tarraconense, por exemplo, mas um simples etnónimo no plural (*Gallaecis*), o que, porventura, pode sugerir uma localização geográfica desta *ciuitas* um pouco mais interior e não tanto centrada em *Cale*. Ora, na altura em que Plínio redigiu a sua *Naturalis Historia*, pelos meados da década de 70, já a *Callaecia* seria ordinariamente conhecida como uma *regio* informal, pelo menos vista do exterior, ou seja, por simplificação das autoridades romanas, o que não significa que os diferentes *populi* do Noroeste se autoidentificassem como tal (PEREIRA-MENAUT, 1988: 250; 1997: 244). Mas tal não obsta a que a comunidade dos *Callaeci* primordiais, se assim podemos dizer, não sobrevivesse ainda, como julgamos poder inferir-se da NH, III, 28. Não terá, assim, de considerar-se contraditório ou incoerente

---

pretação desta passagem, atribui aos *Callaeci* uma região mais interior, a nascente do território dos *Bracari* (1997: 28-30). Deve distinguir-se com clareza a localização dos *Callaeci* “primordiais” e dos *Callaeci Bracari* de muitas fontes, que aludem a uma realidade étnico-administrativa posterior, esses sim, de uma forma geral, situáveis talvez em regiões um pouco mais interiores a norte do Douro (DOPICO CAÍNZOS; RODRÍGUEZ ALVAREZ, 1992: 397).

que Plínio tanto fale dos *Callaeci* em particular, como refira a *Callaecia* em sentido genérico, como defende, M.<sup>a</sup> Cruz González-Rodríguez (2017: 136-137).

Não nos parece que possa paralelizar-se totalmente com as informações de Plínio o registo de Estrabão, que terá composto a sua *Geografia* mais de 50 anos antes da obra do Naturalista, fundado não em conhecimentos diretos da Ibéria, que nunca terá visitado, mas apoiado em informes e escritos de autores que, muito anteriormente, haviam estado na península – que aliás tem o cuidado de indicar amiúde, designadamente Posidónio, Artemidoro, Políbio, Asclepiades de Mirlea e outros (CARDOSO, 1994: 20-28; TROTTA, 1999: 83-88; BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2006: 238; GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 38ss.) – o que se, por um lado, garante razoável fiabilidade aos seus dados (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2006: 238), poderá também não propiciar detalhe ou atualização (SILVA, 2021: 694-695).

Mas, seguramente, a Estrabão não interessava tanto enumerar *ciuitates* ou especificidades administrativas ou étnicas, mas, sobretudo, refletir a situação do noroeste peninsular num momento fundamental da conclusão da sua conquista e pacificação, assinalando igualmente a sua transformação sob o impulso organizador do primeiro imperador, o que levou, mesmo, a que se tenha considerado o processo da romanização como o eixo fundamental do seu programa geográfico (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 42). Por essa razão, e sem surpresa, os Galaicos do texto estraboniano têm sempre o sentido regional, coronímico, que a partir da conquista, ou talvez desde um pouco antes, aquele etnónimo passou a representar para as autoridades coloniais.

Analisando o dossiê epigráfico em busca de eventuais “*Callaeci* epónimos”, Fernández Calo ataca o que considera “um dos (...) princípios de argumentação mais relevantes” de Tranoy para sustentar a identificação de uma comunidade *callaeca* original: a lápide funerária de Vocónio Rufino (FERNÁNDEZ CALO, *idem*: 58-59, 67). Trata-se da placa sepulcral, aparecida em Tarragona, dedicada por *Queta Voconia* ao seu amo *Q. Voconius Rufinus Callaecus*<sup>5</sup>, evocada como sendo a primeira referência histórica conhecida a um galego mencionado pelo nome completo (TRANOY, 1977: 227-228; PEREIRA-MENAUT, 1997: 243; 2015: 34-35). A inscrição é tardia, de entre meados do século II

---

<sup>5</sup> EDCS-3400134; CIL II, 14, n.º 1307; RIT, 384.

e os começos do seguinte, e concordamos que, muito provavelmente, *Voconius Rufinus*, nascido em alguma terra da grande região galaica, nada teria já a ver com os *Callaeci* que vários séculos antes teriam de frontado as tropas do cônsul Bruto – como por várias vezes escreveu Pereira – ainda que, na verdade, a esta *origo* regional, Tranoy tenha “preferido”, na sua expressão, assumir o sentido restrito (1977: 228).

A par deste epitáfio, Fernández Calo elenca outras cinco menções epigráficas com referências de *origo* aparentemente aludindo a *Callaeci*, advertindo que “a reunião e crítica destas fontes epigráficas (...) é uma tarefa pendente” (*Idem*: 65). Não é tanto assim, uma vez que, já em finais do século XIX, Boissevain (1892) elencou mais de duas dezenas de referências, provenientes de todo o Império, a que acrescentou outras fontes escritas, com referência à *Callaecia* e aos *Callaeci*, assinalando a datação tardia da maioria de elas, se bem que o interesse da pesquisa daquele erudito fosse mais filológico que etno-histórico. Recolha similar, com menor incidência na epigrafia, pode encontrar-se, pela mesma época, no contributo de Hübner (1899) para a enciclopédia Pauly-Wissowa, (com atualização em ÜNTERMANN *et al.*, 2018), devendo ter-se em conta, igualmente, a completa recolha de Amílcar Guerra (1998: 371-373) e a análise de Cruz González e Juan Santos (1999). Pela nossa parte, compilámos recentemente (2021: 708-713), em trabalho que Fernández Calo não podia conhecer, mais alguns exemplos de registos epigráficos desta classe.

Entre os mais antigos devemos contar os fragmentos das duas listas honoríficas que integraram o arco de Augusto no *Forum Romanum*: os *Fasti Triumphales* e os *Fasti Consulares*. O arco foi dedicado a Augusto no ano de 27 a.C., como celebrado por outra inscrição, e o registo epigráfico dos triunfos militares e dos magistrados que exerceram o consulado tem uma data-limite de 13 a.C. (TAYLOR, 1946, 1951; SIMPSON, 1993). Nos *Fasti Consulares*, o fragmento correspondente ao ano de 138 a.C. não conserva o nome do cônsul *P. Cornelius Scipio Nasica Serapio*, mas apenas, em duas linhas muito mutiladas, parte da inscrição que memorava *Iunius Brutus*, reconstituível como: [D(ecimus) I] VN[ius] M(arci) F(ilius) M(arci) • N(epos) • BRVTV[(s) qui / postea] / CAL(la)ICVS • APPEL[(latus) est]<sup>6</sup> e que, assim, evocava o cognome

---

<sup>6</sup> *CIL*, I, p. 26 (<http://arachne.uni-koeln.de/item/buchseite/533275>); EDCS-20 200008; DEGRASSI, 1947; KAJANTO, 1982: 198.

metonímico obtido *ex virtute* pelo cônsul, após a sua vitória na Hispânia contra os lusitanos e galaicos, facto assinalado por numerosas fontes escritas, como é sabido (SILVA, 2021: 708-709). Paralelamente, a reconstituição dos *Fasti Triumphales*<sup>7</sup> regista com algum desfasamento cronológico, entre 133 e 132 a.C. o triunfo do procônsul sobre os *Callaiceis* (CIL, I<sup>2</sup>: 176), ou sobre os *Callaicieis et Lusitaneis*, segundo Ettore Pais (1920, I: 191-192).

Também entre as evidências epigráficas de *callaeci* mais arcaicas, contam-se algumas em que tal menção surge já como cognome derivado do etnónimo, do que é exemplo uma placa funerária de Ninho de Açor (Castelo Branco), datada pelos editores da primeira metade do século I, que perenizou a homenagem de *Modestus* ao pai – [*Ruffino Callae [ci? (filio)]*], e à mãe, *Camala*<sup>8</sup>. O patronímico *Callaecus*, o mais provável neste contexto, parece identificar uma família de imigrantes bracarenses, tendo em conta, igualmente, o nome da esposa de Rufino (CARVALHO e ENCARNAÇÃO, 1991; FERREIRA, 2004: 55, n.º 8). Duas inscrições funerárias de Mérida, provavelmente da segunda metade do século I, atestam igualmente este nome. A primeira, citada por Fernández Calo (*Idem*: 66), efetuada sobre bela placa marmórea, constitui longo epitáfio coletivo, em contexto de *liberti*, no qual um dos três falecidos se identifica como *Cn(aeus) Aemilius Callaecus*, sendo o seguinte o texto completo:

*Cn(aeus) Aemilius / Amandae l(ibertus) / Iucundus h(ic) s(itus) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Cn(aeus) Aemilius Servo/lus an(norum) XXII h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Cn(aeus) Aemilius Cn(aei) f(ilius) Pap(iria) / Callaecus an(norum) XXIX h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*<sup>9</sup>.

A segunda, é uma inscrição desaparecida, registada e desenhada por Hübner no *CIL*, mas de leitura algo problemática, que, aparentemente, conteria o texto *Gallaeca / Corneli Fusci / I[- -] Raso / vixit ann(os) / VIII m(enses) III d(ies) XI*<sup>10</sup> (SILVA, 2021: 709).

<sup>7</sup> Uma vez que o fragmento original da inscrição não foi recuperado.

<sup>8</sup> EDCS-5000404; HD-05-4928; HEp 1994, 35 = AE 1991, 951; HepOL-20621.

<sup>9</sup> EDCS-30000480 (de onde se colheu a transcrição); HD044568; HepOL- 24225.

<sup>10</sup> HepOL-16786. Ver também CIL II, 556. Sobre a epígrafe veja-se CILAE, 773, com discussão e bibliografia. Giovanni Forni (La popolazione di Augusta Emerita, in

Entre epígrafes mais tardias, ou de datação insegura, surgem pessoas identificadas pelo mesmo nome, tanto na forma masculina como na feminina. Perto das Caldas da Rainha apareceu um epitáfio relacionado com *Colippo* (São Sebastião do Freixo, Leiria), homenagem mandada lavrar em memória da esposa por um liberto daquela *ciuitas*: *D(is) · M(anibus) · s(acrum) / Sulpiciae · Col/lippone(n)si · an(norum) / XXXV · Callaecus / r(eipublicae) · s(uae) l(ibertus) · uxori / p(ientissimae) p(oni) c(uravit)*<sup>11</sup>. Amílcar Guerra, lembrando a utilização da invocação D M em simultâneo com um superlativo, dá este monumento, datável talvez do século III, como exemplo de perduração onomástica indígena na epigrafia tardia (GUERRA, 2016: 61-62); Pinho Brandão, que recolheu a transcrição de um códice setecentista, indicou, por sua vez, que na linha 4 está escrito *Gallaecus*, nome que, como também comenta, não significa necessariamente que o escravo manumisso tenha nascido na Galécia (BRANDÃO, 1972: 35-36).

Também, numa muito discutida inscrição de Évora, transmitida por André de Resende e dedicada a uma flamínica municipal e provincial, poderia ler-se o cognome *Callaecus* entre um dos cinco libertos que dedicaram o monumento:

*Laberiae L(uci) f(iliae) / Gallae flami/nicae munic(ipii) / Eborensis flaminicae provin/ciae Lysitaniae / L(ucius) Laberius Artemas / L(ucius) Laberius Callaecus / L(ucius) Laberius Abascantus / L(ucius) Laberius Paris / L(ucius) Laberius Lausus libert(i).*<sup>12</sup>

Considerada como falsa desde Hübner (*CIL*, II, 114) até José d'Encarnação, atendendo à proverbial pouca credibilidade do humanista (ENCARNAÇÃO, 1984: 442; 1991; 2002; 2007-2008; 2009: 128), a inscrição foi, todavia, aceite por Étienne (1958: 166-171), ganhando renovados foros de autenticidade graças ao testemunho de um classicista inglês que terá observado a epígrafe no século XVIII (CANTO, 2004: 281, n. 92), e à confirmação das circunstâncias nas quais o monumento romano terá sido destruído (FABIÃO, 2014).

---

*Homenaje a Sáenz de Buruaga*, Badajoz, 1982, citado por MAGARINHOS IGLESIAS, 2017: 29), coloca a hipótese de *Callaeca*, ou *Gallaeca*, poder ter sido uma jovem escrava com origens galaicas.

<sup>11</sup> BRANDÃO, 1972: 34-37; HepOL 21406 (transcrição seguida, com gralha na forma verbal “*poni*”, que deve ser “*ponendum*”); *CIL*, II, 353.

<sup>12</sup> *CIL*, II, 114; HepOL, 21203 (transcrição).

Outras epígrafes, umas de leitura mais segura que outras, registam esta classe de antropónimo, sendo desnecessário acrescentar mais exemplos, além do mais, progressivamente mais tardios<sup>13</sup> e onde a sua identificação como efetiva *origo* é, também, cada vez mais difusa. Concordamos assim com Fernández Calo ao considerar este dossiê epigráfico – a que podem juntar-se as inscrições de militares – genericamente como aludindo aos *Callaeci* como expressão regional de naturalidade e pertença, fosse no período em que a *Callaecia* era vista como uma “região histórica” mais ou menos informal (PEREIRA-MENAUT, 1984: 281) ou, naturalmente, já após a criação da província. Um excepcional documento epigráfico assinala, cronologicamente, a consolidação histórica e simbólica do *ethne* galaico, o supedâneo da estátua alegórica com que no *sebasteión* de *Aphodisias*, na antiga Cária, Turquia, erigido entre os começos do reinado de Tibério e o de Nero (SMITH, 1988: 51; 2013: 90), se evocou os ΕΘΝΟ[·] / ΚΑΛΛΑΙΚΩ[·], o *ethn[ous] kallaiko[n]* (*Idem*: 55-57 e Pl. IX, 6; 2013: 108, Est. 44.22) entre a representação figurada dos diferentes povos conquistados ou submetidos pelo primeiro imperador.

Esta consagração dos galaicos, se assim podemos dizer, como entidade epónima de uma vasta região assimilada pelo Império culminará, talvez, um projeto político assinalado em *Bracara Augusta* praticamente desde os momentos fundacionais daquela urbe, fixado entre os anos de 16 e 15-13 a.C. (MORAIS, 2010: 7; MARTINS e CARVALHO, 2017: 726). Referimo-nos às dedicatórias erigidas pela “*Callaecia*” ao poder imperial.

A primeira e a mais conhecida dessas epígrafes, não conservada, pode datar-se de entre os anos 6 a 2 antes da nossa era (REDENTOR, 2017, II: 123-124, n.º 153) e constitui uma dedicatória realizada pela “*Callaecia*” a um dos netos de Augusto. Deve-se ao humanista João de Barros (2019: 274) a primeira notícia sobre a inscrição, posteriormente acolhida por Hübner no seu *corpus* epigráfico peninsular. A transcri-

---

<sup>13</sup> Por exemplo, sem sermos exaustivos, *Cassia Callaeca*, em Toledo (EDCS-21700576; HD-52752; Hep 4905); *Callae* [...], também em Toledo (HepOL 31783); a homenagem fúnebre oferecida a *Callae* [...] pelos seus vizinhos (*adfines*), aparecida em Talavera de la Reina (EDCS-66000025); um mais duvidoso *T(itus) Callaecus* em Lisboa (HepOL, 20227) ou o igualmente discutido voto ao deus *Lebruspo* por *Claudius Nusius Calaicus* (HepOL, 6943; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 128, N.º 101). Cfr., para uma perspetiva geral, MAGARINHOS, 2017 e SILVA, 2021: 710-711.

ção é problemática, mas o texto mais geralmente assumido é: “*C(aio) · Caesari · Aug(usti) · f(ilio) / pontif(ici) · auguri / Gallaecia*”<sup>14</sup>, que pode traduzir-se como “A Caio César, filho de Augusto, Pontífice, Águre [dedica] a Galécia”.

O monumento levanta problemas de interpretação e parece, mesmo, apresentar erros ou lacunas na transcrição feita por João de Barros, suscitando a A. M. Tarrío (2010) a hipótese de ser falsa ou, pelo menos, manipulada. Dedicada a um dos netos de Augusto, *Caius* ou *Lucius* (TRANOY, 1981: 150, n. 34), a homenagem é dedicada por uma entidade coletiva, a *Callaecia*, designação de significado discutível, considerando que, à data da epígrafe, aquela “região”, aparentemente, não estaria ainda claramente formalizada (FERNÁNDEZ CALO, 2018: 83). A circunstância da inscrição reunir menção a duas dignidades religiosas (*pontifex* e *augur*), considerada pleonástica (TARRÍO, 2010: 181, n. 5), levou A. Redentor à sugestão de que podem ter existido originalmente, não uma, mas duas inscrições, porventura até sobre o mesmo suporte (REDENTOR, 2017: II, 724-726), hipótese que a recente publicação da edição crítica da *Geographia d’Entre Douro e Minho* (BARROS, 2019), com os textos dos dois principais manuscritos da obra (de 1548 e 1549-1590) pode sustentar (SILVA, 2021: 726).

Seja como for, admitindo-se a credibilidade da inscrição honorífica, causa alguma surpresa o dedicante, entidade sem personalidade jurídica administrativa (TARRÍO, 2010: 181), o que tem levado a maior parte dos estudiosos modernos a reconhecer o uso instrumental e político daquele coletivo “étnico-territorial” (PEREIRA-MENAUT, 1998: 305), “*tous les peuples de la Callaecia*” (TRANOY, 1981: 150), não podendo, portanto, a homenagem emanar apenas da comunidade indígena, representando, pelo contrário, uma iniciativa promovida pela administração colonial (*Idem, ibidem*; PEREIRA-MENAUT, 1984: 280-281), quase, como também já se expressou, uma espécie de certidão de nascimento da *Callaecia* (PEREIRA-MENAUT, 2010: 248; DOPICO CAÍNZOS e RODRÍGUEZ ALVAREZ, 1992: 395), fomentando tanto a propaganda dinástica como o culto imperial (PEREIRA-MENAUT, 1998: 303-305), posições, que, com pequenas diferenças de estilo foram compartilhadas por outros autores (ENCARNAÇÃO, 2007: 353-354; RODRÍGUEZ COLMENERO e FERRER SIERRA, 2014: 81; REDENTOR, 2017: I, 723ss.).

---

<sup>14</sup> EDCS-05501786; CIL II, 2422; HEp 2010, 466; HepOL 8250.

Também na cidade de Braga foi identificada nos finais do século XIX, outra inscrição, também perdida, que poderá ser análoga à anterior no propósito e cronologia. A respetiva lição, muito truncada, resume-se a “---] / [-- ..]X / [Cal]laecia” (REDENTOR, 2017: II, 124-125, n.º 155), sugerindo este autor que poderia ter constituído uma segunda homenagem dedicada pela emergente *Callaecia* (*Ibidem*; 2017: I, 727).

Por fim, queremos acrescentar algumas notas sobre a secção que Fernández Calo dedica ao “registo paleolinguístico” e às suas conclusões e propostas sobre *Cale* e os *Callaeci*.

De facto, dada a escassez de fontes escritas e, concretamente, a inexistência de registos epigráficos, o relacionamento da *mansio* de *Calem* do Itinerário de Antonino com o gentílico *Callaeci* assenta, especialmente, na proximidade linguística, como a seu tempo lembraram Correia (1934, 1936) e Monteagudo (1955). Não obstante, sendo tal filiação verosímil, ou mesmo provável, não é obrigatória, dada a extraordinária recorrência do radical *Cal* – em numerosos nomes de lugar e de comunidades étnicas no Noroeste – *Caladanum*, *Calabria*, *Calanticensis*, *Caluri* e muitos outros (GUERRA, 1998: 373-374), opções que se ampliam extraordinariamente se, na toponomástica moderna buscarmos, no norte de Portugal, as designações *Cale*, *Cales* ou *Galegos* e afins (RTP, I: 183; II: 63-64). Outros linguistas, por sua vez, alargam mesmo as possibilidades etimológicas de *Callaecia* aos nomes latinos *callus* (calo), *collis* (colina) ou mesmo ao radical céltico *\*kel* (levantar, elevar), prescindindo da filiação de *Callaecus/a* no NL *Cale* (MORALEJO, 2002: 95). Nesta linha concordamos, em parte, com Fernández Calo (*Idem*: 74), mas nesta deriva geográfica de hipotéticas sedes para os galaicos primordiais, não fará muito sentido, a nosso ver, ressuscitar a tese da localização de *Cale* na margem gaiense do rio Douro, quer pela dificuldade filológica de derivar *Gaia* de *Cale*, quer por diversas razões etno-históricas, como veremos.

É verdade que as fontes históricas portuguesas, desde a Baixa Idade Média, assinalam a prioridade da ocupação da margem esquerda da foz do Douro (atual Vila Nova de Gaia) sobre a fronteira cidade do Porto, possibilidade que os dados arqueológicos não confirmam, atendendo à simetria da fundação e desenvolvimento, a partir dos finais da Idade do Bronze, dos dois povoados proto-históricos do “Castelo” de Gaia e do morro da Penaventosa (Porto), ainda que o desenvolvimento de ambos em época romana esteja ainda em início de debate (SILVA, 2018; 2021: 84-112; 2023). Mas tal não autoriza a localização daquele aglo-

merado na margem sul. Aliás, alguns dos últimos autores que defendem esta tese, cuja historiografia não podemos fazer aqui, entram mesmo em inadvertida contradição, ao admitirem a veracidade da conquista por Perperna – alegadamente noticiada por Salústio – desse mesmo *oppidum* de *Cale... na Gallaecia*. (TOVAR, 1989: 306).

O que não deve fazer-se, de todo, é confundir *Cale* com *Portu(m) cale* (FERNÁNDEZ CALO, *idem*: 73), NL que, podendo, em parte, coincidir no espaço, refletem realidades históricas significativamente diversas no tempo. *Cale*, que cremos corresponder ao castro da Penaventosa<sup>15</sup>, documenta-se, quando muito, a partir de Salústio – se for considerada aceitável a correção de Vóssio, o que não é a nossa opinião – e depois, certamente refletindo fontes anteriores, no Itinerário de Antonino, podendo admitir-se, igualmente, como mero eco de fontes antigas, a anómala referência a *Calo*, ou *oppidum Calo*, na *Cosmographia* de Ravenna. Na verdade, aquele núcleo populacional seria designado, na época tardo-antiga, como *Portu(m)cale*, tal como aparece, com pequenas variações, em Idácio e no *Parochiale* (veja-se SILVA, 2021: 506-514, com fontes).

Deste equívoco resulta, certamente por lapso, a errónea referência à passagem de Idácio (§ 180) como mencionando *Cale*, quando é de *Portu Cale* que ali se trata; bem como a citação de um trabalho de nossa autoria (SILVA, 2010: 217-220) como supostamente sustentando a localização de *Cale* (mais uma vez confundido com *Portucale*) na margem sul do Douro, o que nunca defendemos, correspondendo a citação que nos é atribuída, aliás, a mero elenco da ampla historiografia sobre a questão. Logo de seguida, recorda Fernández Calo, no texto que nos serve de argumento, a opinião de estudiosos que “já sugeriram que *Cale* pudesse ter sido um assentamento repartido por ambas as margens da foz do Douro, independentemente de qual delas fosse a primeva e/ou principal” (*Idem*: 73), sustentando esta tese em Tranoy (1981: 213; 1988-1994: 132), Vasco Mantas (1996: 645-651) e em trabalhos de nossa autoria (SILVA, 2010: 229; 2018). Alain Tranoy, na verdade, manifestou essa opinião, mas numa época em que os dados arqueológicos eram diminutos, tanto para o Porto como para Gaia, o que aliás não deixa de sublinhar na publicação da sua tese doutoral; mas já Mantas, no trabalho citado como em outros, não defende tal ideia, antes

---

<sup>15</sup> Com o que, aliás, concordava Fernández Calo em trabalho anterior (2018: 53).

atribui ao Castelo de Gaia a designação de *Ceno*, ou *Ceno oppidum*, segundo o Anónimo de Ravena; e nós próprios, também aqui citados inadequadamente, não o escrevemos, naqueles ou em outros trabalhos. O que temos expressado é que, em diversos aspetos, e nomeadamente nas dinâmicas económicas, o estudo da ocupação antiga de ambas as margens não pode desligar-se, tendo existido, com grande probabilidade, um desenvolvimento simétrico dos dois povoados nucleares, o castro da Penaventosa e o que assentou no Castelo de Gaia (SILVA, 2018; 2021: 601-602).

Aliás, os dados arqueológicos, que aqui trazemos de passagem (SILVA, 2021: 518-690), começam já a permitir a compreensão de alguns ritmos e modalidades do desenvolvimento da ocupação proto-histórica e de época romana nos dois lados da foz do Douro (FIG. 1), mas, naturalmente, não nos informam sobre o nome dos locais ou a designação dos moradores. Por fim, também sugerimos que a designação *Portu(m)cale* (e não já *Cale*), em época tardia, possa ter abrangido, pelo menos temporariamente, ambas as ribas do curso terminal do Douro (SILVA, 2021: *ibid.*)<sup>16</sup>, o que justificaria as indicações do *Parochiale* e, porventura, uma certa ambiguidade da própria Crónica de Idácio (ALARCÃO, 2019).

Continuando a alinhar argumentos contra os “factoides historio-gráficos” (*Idem*: 75) que têm sustentado a localização de uma *ciuitas callaecorum* na margem norte do Baixo Douro, Fernández Calo recorda as muitas dúvidas que emergem da leitura e interpretação da suposta dedicatória a *Calaicia* nas aras de Sobreira, Paredes. Na verdade, no monumento que conserva a epígrafe melhor conservada, a natureza funerária ou votiva da inscrição tem dado azo a posturas divergentes, levando a que *Calaicia* tenha sido, por enquanto, eliminada do elenco das deidades indígenas (ENCARNAÇÃO e GUERRA, 2010: 98), favorecendo a tese de A. Redentor (2017: II, 170, n.º 226 e 244-245, n.º337) em prol de um duplo epitáfio, como também nos parece razoável. Em qualquer dos casos – e aqui concordámos com Fernández Calo – a admitir-se o testemunho de uma deidade com aquele nome, ficará sempre a dúvida quanto ao carácter tópico ou regional da invocação.

---

<sup>16</sup> Embora não se veja muito bem como compaginar esta designação com o NL *Ceno/Caeno* apontado no *Ravennate*, se efetivamente correspondia ao povoado do Castelo de Gaia.

Todavia, no seu afã de buscar uma localização alternativa para os *Callaeci*, Fernández Calo, repescou a dedicatória que serve de pé de altar na igreja de Mixós (que julgamos em Monterrei e não Laza), em Orense, onde constaria a memória de um voto a *Bandua Cal[lai]co*, leitura que não lhe oferece dúvidas, citando até, a propósito do carácter tópico da deidade, o insuspeito testemunho de M.<sup>a</sup> L. Albertos Firmat (1975: 41, de facto, p. 44). Todavia, como principal referência para o monumento e sua interpretação, aponta o mesmo autor obra referencial de Rodríguez Colmenero (1997: n.º 124, de facto, n.º 121) onde aquele professor da Universidade de Santiago assinala, precisamente, que a releitura da epígrafe, que apresentara já em 1985 ao Colóquio de Línguas e Culturas Paleohispânicas celebrado em Vitória, resultara na revisão do texto para *Bandua Cadogo* (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1986: 341-342), leitura entretanto afinada para *Bandua Cadiego*, acabando-se, assim, no dizer do epigrafista, “o tão trazido e levado *Bandua Calaico* de leituras anteriores, sobre o qual tantas conjecturas se fizeram, incluídas as nossas” (*Idem*, 1997: 143, n.º 121).

Rematando o seu estudo com pontos sobre “os paradoxos do consenso” e “algumas incitações historiográficas”, Fernández Calo, continuando a questionar a existência de quaisquer *Callaeci* epónimos, no sentido restrito, considera anómalo que, nas duas principais fontes literárias que se lhe referem, a mais antiga (Estrabão) os mencione enquanto étnico regional; enquanto a que foi produzida uma geração depois (Plínio), é passível de aludir a um *populus* em sentido territorial restrito: “Evidentemente, se a suposta *ciuitas Callaecorum* tivesse tal papel epónimo, seria de esperar que a aceção restrita do etnónimo antecedesse a aceção regional nas nossas fontes” (*Idem*: 77). Ora, nem sempre a sequência das fontes acompanha a diacronia da história. Como recordámos acerca do geógrafo e do naturalista, é necessário contextualizar os textos em função do enquadramento e propósito dos autores, ainda que não fôssemos tão longe quanto expressaram dois eminentes estudiosos, ao afirmar que “la visión que nos dan Plinio y Estrabón de los pueblos peninsulares, de sus territorios y límites, son inexactos, erróneos y no obedecen a una realidade histórica” (DOPICO CAÍNZOS e SANTOS, 2014: 171). Mas não deixa de ser curioso o modo como os *Callaeci*, como qualquer outro povo antigo, são “manipulados” por Fernández Calo como simples peças de xadrês no tabuleiro da geografia e das fontes históricas, sem qualquer inquietação com as questões antropológicas da etnicidade e da etnogénese.

O assunto é demasiado complexo para o debatermos neste texto, mas deve recordar-se, como ponto de partida, que a noção que hoje podemos ter de um *populus* de há dois mil anos – já para não dizer da plena Idade do Ferro – com pleno sentido de autoidentificação, territorialidade e, porventura, traços culturais comuns e distintos das comunidades étnicas confinantes, será, com toda a probabilidade, muito distinta da perceção que sobre esses “grupos de población” (GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017) tinham os escritores greco-latinos ou os funcionários da administração romana no início do período colonial; e mesmo o “olhar romano” constitui um mero filtro, com maior ou menor transparência e adequação à realidade original, através do qual essas comunidades pré-históricas do noroeste peninsular foram apreendidas, organizadas e integradas no sistema fiscal e administrativo do Império (PLÁCIDO SUÁREZ, 2002: 132-133; 2004: 15-18).

Nesta linha, a proto-etnografia de Estrabão, ou a recusa, por parte deste como de Plínio e outros autores, em elencar a totalidade dos *populi/ciuitates* do noroeste, pela dificuldade de transpor para o latim ou o grego as suas designações, que soariam estranhas e fastidiosas aos seus leitores, reflete, não só, um compreensível preconceito cultural e político, como também a dificuldade de “domesticar” e “civilizar”, mesmo através do amplíssimo conceito da *interpretatio*, a alteridade, a *otherness*, na expressão de Greg Woolf (2013: 37), moldando-a e homogeneizando-a aos formatos do Império, o que certamente constituiu uma rutura ontológica essencial (PEREIRA-MENAUT, 1988: 252-254; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006-2007: II, 615, 635). Deste modo, podemos dizer, os “povos” alteram-se (PEREIRA-MENAUT, 1998: 302), fazem-se e desfazem-se, e tanto as fontes escritas como a arqueologia dão-nos, as mais das vezes, pálidos e desfocados reflexos dessas alterações, fenómeno que a antropologia e a arqueologia das sociedades coloniais documentam com abundância (SILVA, 2020; 2021: 129-136 para discussão e bibliografia).

Em bom rigor, e enquadrados na postura do “consenso historiográfico” que tanto incomoda Fernández Calo (mas faz bem em discutir, reabrindo um debate ultimamente pouco intenso), deveríamos acrescentar ao tema da etnogénese galaica, tão caro a Gerardo Pereira (1992, 1997, 2005, 2015), uma outra etnogénese, a dos *Callaeci* primordiais, aqueles com os quais as tropas de Bruto teriam combatido. Mas se nos questionarem diretamente se, de facto, existiam mesmo esses *Callaeci* no século II antes da nossa era, teremos de responder, com frontal ho-

nestidade, que não sabemos. O nome *Callaecus*, que *Decimus Iunius Brutus* adotou como cognome honorífico, corresponderá à latinização da expressão autoidentificativa indicada aos intérpretes quando o procônsul pretendeu saber quem o afrontava e tolhia o passo. Talvez alguém informasse: somos de *Kal*, ou algo similar, e certamente o número de combatentes indígenas na “batalha do Douro” de junho de 137 a.C., recordado por Paulo Orósio, quase meio milénio depois, como correspondendo a 50 000 mortos e 6 000 feitos cativos, será certamente muito exagerado, mesmo entendendo que sob o apelativo *Callaeci* se designassem vários *populi* confederados, como bem recorda Fernández Calo, citando as estimativas demográficas de López Barja de Quiroga (1999: 349). Por isso escrevemos, com alguma ironia, que, a admitir-se tal mortalidade, a estreia histórica dos *Callaeci* (epónimos) quase teria coincido com o seu genocídio (SILVA, 2020: 458).

Ora, descontando os exageros da tradição literária – e não deixa de ser um pouco estranho que outros autores, anteriores a Orósio, não tenham detalhado os números ou circunstâncias daquela batalha, mas assim aconteceu com muitas outras – o certo é que *Decimus Iunius* “precisava” de abater, pelo menos, cinco milhares de “inimigos do povo romano” para poder celebrar um triunfo em Roma (ARCE, 1986: 109). E, se porventura o seu protegido *Lucius Attius*, poeta e dramaturgo de algum sucesso, o acompanhou à Hispânia, é humanamente compreensível um certo “arredondamento” das baixas inimigas (naturalmente, não se mencionam as próprias), o ênfase na bravura e ferocidade dos opositores indígenas ou o episódio, claramente dramático, da travessia do *Lethes* – que naturalmente se converteram em *topoi* literários – e, quem sabe, a *inuentio* dos *Callaeci* primordiais, talvez um conglomerado de nomes “bárbaros” e indizíveis. Como é sabido desde a origem dos tempos, da maior glória dos protetores, participam os protegidos, mais generosamente retribuídos por aqueles. A grandeza das celebrações da vitória do “*Callaecus*”, “tingindo de sangue as terras hispanas”, como depois celebraria Ovídio (*Fasti*, VI, 461-2), em Roma, pelas arquiteturas e dispositivos cénicos e simbólicos que gerou, seguramente impactantes, reclamam devida “curadoria” artística (SILVA, 2021: 719-720). Gizava-se, porventura, a matéria-prima necessária ao primeiro imperador para objetivar em um inimigo comum, que assombrasse os cultos e aterrasse os ignaros, o avanço decisivo, ainda que não definitivo, para a submissão do norte peninsular, o *ethn[ous] kallaiko[n]*, meio século depois celebrado no maior e mais extraordinário complexo monumen-

tal figurativo do Alto Império na Ásia Menor (ISMAELLI, 2011: 156), muito depois da mestria político-administrativa de Augusto, e talvez de Agripa, terem autorado a *inuentio* da *Callaecia* (PEREIRA-MENAUT, 1998: 306).

Porém, à falta de novos documentos, designadamente epigráficos, mais não podemos fazer que ensaiar conjeturas, tanto melhor estribadas nas fontes quanto nos seja possível. Sugere Fernández Calo uma eventual migração – não diz se voluntária ou forçada – de “*callaeci* epónimos” do litoral para qualquer região “acima” de *Bracara* (*Idem*: 81), hipótese que não vemos como sustentar; mas também, ignorando-se o intervalo temporal entre a redação dos livros III e IV da *Naturalis Historia*, por que não supor que, nesse espaço de tempo não possa ter ocorrido qualquer movimentação dos *Callaeci*? E, se assim fosse, a descrição pliniana em IV, 112 (que não tem, forçosamente de ser lida no sentido do interior para o litoral) não poderia refletir esse facto? Que saberíamos das trocas territoriais, mesmo de *ciuitates*, que, em poucos anos, ocorreram entre *Paemeiobrigenses* e *Aiiobrigiacini* se não fosse o achado da *tabula* de El Bierzo? Não poderíamos – por mera hipótese, tão falha de fundamento como de sustentada negação – interpretar a estranha fundação do “castro romano” do Mozinho (Penafiel) como para servir de assento a qualquer comunidade deslocada, e não só para responder a necessidades de uma nova centralidade administrativa (SILVA, 2021: 350-351)?

Para concluir – até porque, de suposição em suposição, rapidamente chegamos à ficção – coloca ainda Fernández Calo, já no final do seu texto, legítimas questões quanto à efetiva identidade, inter-relação e hierarquia, se admissível, entre *Callaeci* e *Bracari*, para hipotetizar que “*Callaeci* fosse uma denominação alternativa, talvez um exónimo, dos próprios *Bracari*, que depois se aplicou a toda a região a norte deles” (*Idem*: 81). Não especifica Fernández Calo a cronologia deste eventual quadro étnico, que julgamos, pelo contexto, coetâneo da expedição de D. Iunius. Também nos interrogámos se os *callaeci bracari* (HÜBNER, 1897)<sup>17</sup> não seriam apenas um “ramo” dos *callaeci* “primitivos”, e es-

---

<sup>17</sup> A comunidade dos *Kallaikoi Brakárioi* é citada por Ptolemeu como sendo constituída por várias *poleis*, como *Calandunon*, *Pinetos* ou *Complutica*, se bem que, aparentemente, de geografia mais setentrional, embora *Tuntobriga* possa corresponder a Tongobriga, no baixo Douro (cfr. GÓMEZ FRAILE, 1997: 125-126 e PLÁCIDO SUÁREZ, 2002: 118). Para Alain Tranoy, os *bracari* ocupariam mesmo toda a região litoral, mas

tes, também, uma espécie de “conglomerado” étnico, mais ou menos idêntico aos lusitanos, como já foi sugerido, partindo até de dados linguísticos<sup>18</sup> (SILVA, 2021: 717). Enfim, questões, sobre as quais, como dissemos, é lícito, até certo ponto, especular, mas que apenas o aparecimento de novas fontes pode, agora de forma mais “consensual”, vir a iluminar.

## ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fasti* (Ovídio) – Citados a partir de ROMERO MASIA e POSE MESURA, 1988.  
*NH* – *Naturalis Historia* (Plínio, o Velho), na tradução de GUERRA, 1995.  
 NL – Nome(s) de lugar.  
 RTP (1967) = PORTUGAL – *Reportório Toponímico de Portugal. 03 – Continente*.  
 3 vols. Lisboa: Ministério do Exército; Serviço Cartográfico do Exército.

## Corpora Epigráficos

- AE – *L'Année épigraphique*, Paris 1888.  
 EDCS – *Epigraphik-Datenbank Claus/Slaby* (coord. Manfred Clauss; Anne Kolb; Wolfgang A. Slaby e Barbara Woitas). Em linha: [http://db.edcs.eu/epigr/epi.php?s\\_sprache=es](http://db.edcs.eu/epigr/epi.php?s_sprache=es).  
 CIL, I<sup>2</sup>, p. 26 (<http://arachne.uni-koeln.de/item/buchseite/533275>).  
 CIL II – HÜBNER, Ernst Emil (1869) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae. (Corpus Inscriptionem Latinarum, vol. II)*. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae (...). Berlim, e (1892) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*, Berlim.  
 CILAE – *Corpus Inscriptionum Latinarum Augustae Emeritae*. Inscriptiones Hispaniae Latinae (CIL II2) Centro CIL II (Merida). Em linha: <http://www3.uah.es/cil2digital/>.  
 HD – Epigraphic Database Heidelberg. Em linha: <https://edh.ub.uni-heidelberg.de/>.  
 HEP – *Hispania Epigraphica*, Madrid 1989 [1995] – (em linha: <http://www.archivoepigraphicodehispania.es/hispania-epigraphica-1/numeros-de-hispania-epigraphica/>).

---

parece-nos algo excessivo considerar que, à data do conflito com Bruto, os *bracari* “s’affirmaient déjà comme un des peuples les plus importants de cette région” (TRANOY, 1981: 64). *Vd.*, a propósito, RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997: 28, n. 130.

<sup>18</sup> Plácido Suárez relaciona, hipoteticamente, com uma certa dispersão de toponímia antiga de radical \*Cal- “entre la región del Támega y los límicos y la desembocadura del Duero”, o “carácter plural de los galaicos” (2002: 127, 133).

HepOL – *Hispania Epigraphica* on line. Em linha: [http://eda-bea.es/pub/service\\_not\\_available.php](http://eda-bea.es/pub/service_not_available.php).

RIT – ALFÖLDY, Géza (1975) – *Die Römischen Inschriften von Tarraco (Madriider Forschungen, 10)*. 2 vols. Berlin.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALARCÃO, Jorge de (1990) – A conquista do território, in VV.AA. – *Portugal das Origens à Romanização* (SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. Oliveira; ALARCÃO, J., dir. – *Nova História de Portugal*, Vol. I), Lisboa: Presença, pp. 345-51.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – As cidades capitais do norte de Portugal na época romana, in RODRIGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional (Lugo, 1996)*, Vol. I, Lugo: Diputación Provincial, pp. 429-437.

ALARCÃO, Jorge de (1999) – Populi, Castella e Gentilitates, *Revista de Guimarães. Volume especial [Actas do Congresso de Proto-história europeia, I]*, Guimarães, pp. 133-150.

ALARCÃO, Jorge de (2000) – Sobre cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série. 2-3, Santo Tirso, pp. 46-50.

ALARCÃO, Jorge de (2017) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

ALARCÃO, Jorge de (2019) – O nome e os lugares de *Portucale*, *Revista de Portugal*, 16, Vila Nova de Gaia, pp. 8-15.

ALBERTOS FIRMAT, M.ª de Lourdes (1975) – *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*, Santiago de Compostela: Universidad; Valladolid: Universidad.

ARCE, Javier (1986) – Hispania en la Epigrafía Republicana de Italia, in *Epigrafía Hispánica de Época Romano-Republicana*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 103-113.

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1738) – *De Antiquitatibus Conventibus Bracaraugustani*, 2.ª ed., Vol. IV, Lisboa.

ARMANI, Sabine (2017) – La méthode dans les livres géographiques de Pline l’Ancien. Dits et non-dits dans la description de l’*Hispania Citerior*, in CIPRÉS TORRES, Pilar, ed. – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*, («Anejos de Veleia». Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 105-126.

BARROS, João de (2019 [1548-1549]) – *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Estudo e transcrição de Joana Lencart, Porto: Câmara Municipal.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2006) – La Hispania en época de Augusto vista por los escritores contemporáneos. Estrabón y Trogo Pompeyo, *Gerión. Revista de Historia Antigua*, 24:1, Madrid, pp. 237-249.

BOISSEVAIN, Ursul Philip (1892) – Callaeci – Gallaeci, *Mnemosyne: Bibliotheca Philologica Batava*, Nova Series, Vol. 20, Leiden, pp. 286-293.

- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1972) – *Epigrafia romana coliponense*, Coimbra: Universidade.
- CANTO, Alicia M.<sup>a</sup> (2004) – Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7: 2, Lisboa, pp. 265-364.
- CARDOSO, José (1994) – *A Geografia da Ibéria segundo Estrabão. Introdução, versão em vernáculo, comentários e anotações gramaticais ao texto grego do Livro III dos Estudos geográficos, históricos e antropológico-culturais*, Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- CARVALHO, Rogério; ENCARNAÇÃO, José d' (1991) – Uma placa funerária do Museu de Castelo Branco, *Ficheiro Epigráfico*, 39, Coimbra, n.º 177.
- CORREIA, António A. Mendes (1934) – *Cale, Portucale e Porto*, [Sep. de “Arquivos do Seminário de Estudos Galegos”, 6], Santiago: Imprenta Paredes.
- CORREIA, António A. Mendes (1936) – A Antiguidade do Pôrto. (A propósito de algumas críticas a “As Origens da Cidade do Porto”), *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 2, Lisboa, pp. 21-57.
- CIPRÉS TORRES, Pilar (2016) – *Hispania Citerior* en la geografía de la *Naturalis Historia* de Plinio, *Veleia*, 31, Vitoria, pp. 15-32.
- DEGRASSI, Atilius (1947) – *Inscriptiones Italiae: 13. – Fasti et Elogia. Fasciculus I. Fasti consulares et triumphales*, Roma: Libreria dello Stato.
- DOPICO CAÍNZOS, M.<sup>a</sup> Dolores; RODRÍGUEZ ALVAREZ, Pilar (1992) – Paleoeitnografia de Gallaecia, in *Paleoeitnologia de la Península Ibérica. Actas de la Reunión celebrada en la Facultad de Geografía y Historia de la Universidad Complutense (Madrid, 13-15 Diciembre de 1989)*, “Complutum”, Vol. 2-3, Madrid, pp. 395-398.
- DOPICO CAÍNZOS, M.<sup>a</sup> Dolores; SANTOS YANGUAS, Juan (2014) – La conquista del Noroeste en la historiografía gallega del s. XIX: Vicetto y Murguía, *Veleia*, 31, Vitoria-Gasteiz, pp. 163-180.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1991) – Da invenção de inscrições pelo humanista André de Resende, *Biblos*, 67, Coimbra, pp. 177-205.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2002) – André de Resende, epigrafista, in *Congresso Internacional do Humanismo Português «Cataldo & André de Resende» (Coimbra – Lisboa – Évora, 25-29 Out. 2000)*, Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp. 305-310.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2007) – O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões, in NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONZÁLEZ, Julián, eds. – *Culto imperial: política y poder*, Roma: «L'Erma» di Bretschneider, pp. 349-367.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2007-2008) – Uma inscrição romana de Évora forjada por André de Resende, *A Cidade de Évora*, II série, 7, Évora, pp. 213-218.

- ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma tésseira de bronze, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12:1, Lisboa, pp. 127-138.
- ENCARNAÇÃO, José d'; GUERRA, Amílcar (2010) – The current state of research on local deities in Portugal, in ARENAS-ESTEBAN, J. Alberto, ed. – *Celtic Religion across Space and Time (IX Workshop F.E.R.C.AN - Fontes Epigraphici Religionvm Celticarvm Antiquarvm)*, Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, pp. 95-112.
- ÉTIENNE, Robert (1958) – *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris: Diffusion de Boccard.
- FABIÃO, Carlos (2014) – Quién, cuándo, cómo y por qué se destruyó la conocida inscripción *CIL* II, 114 / IRCP, falsa A, in BÁDENAS DE LA PEÑA, Pedro; et al., eds. – *Homenaje a Ricardo Olmos: Per speculum in aenigmate, Miradas sobre la Antigüedad* (“Erytheia. Estudios y Textos”, 7), Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, pp. 588-592.
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2018) – *Estado, Poder e Estruturas Políticas na Gallaecia. Séculos II A.C. – VIII D.C.*, Santiago de Compostela: Blukk Edições.
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2020) – *Callaeci Principes: os soberanos da Galiza Castrexa*, A Coruña: Deputación Provincial.
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2022) – Os *Callaeci* e a questão eponímica: uma crítica historiográfica, *Conimbriga*, 61, pp. 51-86.
- Ferreira, Ana Paula R. (2004) – *Epigrafia funerária romana da Beira interior: inovação ou continuidade?*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- FLOREZ, Enrique (1749) – *España sagrada. Theatro geográfico historico de la iglesia de España origen, divisiones, y limites de todas sus provincias [...]. Tomo IV. Contiene el origen y progreso de los obispados*, Madrid: Antonio Marín.
- FLOREZ, Enrique (1787) – *España sagrada. Theatro geográfico historico de la iglesia de España origen, divisiones, y limites de todas sus provincias [...]. Tomo XXI. Contiene la Iglesia de Porto, de la Galicia antigua, desde su origen hasta hoy*, 2.ª ed., Madrid: Oficina de la Veuda e hijo de Marín.
- GÓMEZ ESPELOSÍN, Javier (2015) – Estrabón y su obra, in GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. – *Estrabón: Geografía de Iberia*, Trad. Javier Gómez Espelosín (...), Madrid: Alianza, 2ª ed. rev., pp. 17-48.
- GÓMEZ FRAILE, José María (1997) – Etnias, Comunidades Políticas y Conventos Jurídicos en Plinio el Viejo y Tolomeo: *Hispania Citerior, Kalathos*, 16, Teruel, pp. 113-128.
- GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, María Cruz (2017) – Grupos de población en la descripción de Plinio, in CIPRÉS TORRES, Pilar, ed. – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*, (“Anejos de Veleia”. Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 127-152.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz; SANTOS YANGUAS, Juan (1999) – Los *cognomina de origo* en el Noroeste Hispánico, *Hispania Antiqua*, 23, Valladolid, pp. 79-96.

- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (2006-2007) – Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.), 2 tomos, *Brigantium*, Vols. 18, 19, A Coruña.
- GUERRA, Amílcar (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* [ed., trad. e comentários], Lisboa: Colibri.
- GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*, Tese de Doutoramento em História Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols.
- GUERRA, Amílcar (2016) – Notas sobre as perdurações onomásticas pré-romanas no ocidente peninsular, in ENCARNÇÃO; José d’; LOPES, M. Conceição; CARVALHO Pedro C., coord. – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, Coimbra; Mangualde: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 49-69.
- HÜBNER, Ernst Emil (1897) – Callaekische Volksstamm, in *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: neue Bearbeitung...*, Vol. 3-1, Stuttgart: J. B. Metzlerscher Verlag, col. 802.
- HÜBNER, Ernst Emil (1899) – Callaici, in *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: neue Bearbeitung...*, Vol. 3-2, Stuttgart: J. B. Metzlerscher Verlag, cols. 1355-1359.
- ISMAELLI, Tommaso (2011) – Una nuova proposta di interpretazione per il Sebasteion di Aphrodisias: attività commerciali e bancarie nel santuario del culto imperiale, *Mediterraneo Antico*, 14 (1-2), Roma, pp. 149-202.
- KAJANTO, Liro (1982) – *The Latin Cognomina*, Roma: Giorgio Bretschneider Editore [reed. ed. orig. 1965].
- LE TEUFF-ODOT, Béatrice (2017) – Les recensements provinciaux en Hispanie au I<sup>e</sup> siècle de notre ère, in CIPRÉS TORRES, Pilar, ed. – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. (“Anejos de Veleia”. Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 273-292.
- LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, Pedro (1999) – El censo provincial, los *populi* y los *castella* de *Gallaecia*, *Gallaecia*, 18, Santiago de Compostela, pp. 347-362.
- MAGARINHOS IGLESIAS, Luís (2017) – Os *callaeci* na antiguidade: identificações, símbolos e alteridades (s. II a.C. – III d.C.), Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ciências da Antiguidade apresentada às Universidades de Vigo e Santiago de Compostela.
- MANTAS, Vasco Gil (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARTINS, Manuela; CARVALHO, Helena Paula A. (2017) – A fundação de *Bracara Augusta* no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural, *Geriön*, 35, [N.º Esp.], Madrid, pp. 723-743.
- MARTINS ESTÉVEZ, Higinio (2008) – *As Tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*, Sant Cugat des Vallès: Edições da Galiza.
- MATA SOLER, Judit (2014) – A propósito de la *Laus Hispaniae* de Plinio el Viejo (NH, 37, 77) y la economía de *Calagurris Iulia*, *Kalakorikos*, 19, Calahorra, pp. 181-191.

- MONTEAGUDO, Luis (1955) – Cale, Callaici y Callaecia, in *III Congreso Nacional de Arqueología. Galicia, 1953*, Zaragoza: Inst. Fernando el Católico, pp. 413-414.
- MORAIS, Rui (2010) – *Bracara Augusta*, Braga: Câmara Municipal.
- MORALEJO, Juan B. (2002) – Gallaecia y sus etimologías, in DOMÍNGUEZ GARCÍA, Manuela, coord. – *Sub luce florentis calami. Homenaje a Manuel C. Díaz y Díaz*, Santiago de Compostela: Universidade, pp. 92-115.
- NOVAIS, Manuel Pereira de (1912) – *Anacrisis historial del origen y fundación y antigüedad, de la nobilísima, y sempre leal ciudad de o Porto. Parte primera y tomo primero...* (“Coleção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa, IV”, Vol. 1), Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- PAIS, Ettore (1920) – *Fasti Triumphales Populi Romani. Parte Prima: testo e commento storico*, Roma: Dr. A. Nardecchia, editore.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1984) – La formación histórica de los pueblos del norte de Hispania. El caso de *Callaecia* como paradigma, *Veleia*, 1 (1984), Vitoria, pp. 271-287.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1988) – Cambios estructurales versus romanización convencional. La transformación del paisaje político en el Norte de Hispânia, in ARCE, Javier; GONZÁLEZ, J., ed. – *Estudios sobre la Tabula Siarensis* (Anejos de “Archivo Español de Arqueología”, IX), Madrid: CSIC, pp. 245-259.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1992) – Aproximación crítica al estudio de la etnogénesis. La experiencia de Gallaecia, in ALMAGRO GORBEA, M. y RUIZ ZAPATERO, G., eds. – *Paleoetnología de la Península Ibérica. Actas del I Congreso de Paleoetnología de la Península Ibérica. Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 35-43.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1997) – Un pobo e unha natio moi particulares, in PEREIRA MENAUT, G., coord. – *O Feito Diferencial Galego. A Historia*, Vol. 1, Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, pp. 237-249.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1998) – Los Galaicos, in RODRÍGUEZ NEILA, Juan F.; NAVARRO SANTANA, F., eds. – *Los Pueblos Prerromanos del Norte de Hispania: una transición cultural como debate histórico*, Pamplona: EUNSA, pp. 301-24.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (2005) – Fundamentos históricos para o estudo (xenético) da poboación do Noroeste peninsular, in CARRACEDO, ANXO; PEREIRA, Gerardo – *Xenética e Historia no Noroeste Peninsular. Unha perspectiva interdisciplinaria. Actas das xornadas celebradas os dias (...) 2002 en Santiago de Compostela*, Santiago: Consello da Cultura Galega, pp. 147-166.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (2010) – El moderno debate sobre la romanización, *Veleia*, 27, Vitoria, pp. 239-253.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (2015) – La revolución del paisaje de *Gallaecia* en presencia del catalizador romano, in PEREIRA-MENAUT; PORTELA SILVA, Ermelindo, eds. – *El territorio en la historia de Galicia. Organización y control. Siglos I-XXI*, Santiago de Compostela: Universidade, pp. 15-35.
- PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo (2002) – La estructuración territorial y étnica del *Conventus Bracarensis*, *Minus*, 10, Vigo, pp. 111-134.
- PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo (2004) – La configuración étnica del occidente peninsular

- en la perspectiva de los escritores grecorromanos, *Studia Historica. Historia Antigua*, 22, Salamanca, pp. 15-42.
- REDENTOR, Armando (2017) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*, 2 vols, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1977) – *Galicia meridional romana*, Deusto: Universidad de Deusto.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1986) – Un importante grupo de nuevos teonimos galaicos, *Veleia*, 2-3 (Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas), Vitoria-Gasteiz, pp. 327-354.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1997) – *Aquæ Flaviæ. I. Fontes epigráficas da Gallæcia meridional interior*, 2ª ed., Chaves: Câmara Municipal [1ª ed., 1988].
- RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; FERRER SIERRA, Santiago (2014) – *Augusto na Fisteria ibérica. Entre a vitória cántabra e os albores do culto imperial. Referências ao emperador César Augusto (...)*, Lugo: Concello de Lugo.
- ROMERO MASIA, Ana M.ª; POSE MESURA, Xosé M. (1988) – *Galicia nos textos clássicos*. [Monografias urxentes do Museu, 3, 1987], A Coruña: Museu Arqueolóxico Provincial.
- SILVA, António Manuel S. P. (2010) – Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa, *Gallaecia*, 29, Santiago de Compostela, pp. 213-262.
- SILVA, António Manuel S. P. (2018) – *Cale Callaecorum locus?* Notas arqueológicas sobre a ocupação indígena e romana da foz do Douro, in DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro, coord. – *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*, Porto, CITCEM, pp. 45-67. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons>.
- SILVA, António Manuel S. P. (2020) – Fazer um povo. A construção dos *Callaeci* entre a arqueologia e a história antiga, in JORGE, Vítor O., coord. – *Modos de fazer/Ways of Making*, Porto: CITCEM, pp. 453-467. DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898970237/mod>.
- SILVA, António Manuel S. P. (2021) – *Cale e os Callaeci: territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*, Tese de Doutoramento em Estudos Culturais – Memória, Identidade, Território e Linguaxe apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2 vols. (citações do vol. 1).
- SILVA, António Manuel S. P. (2023) – *Cale, Caeno*, Gaia. Notas histórico-toponímicas, *Gaya: estudos de história, arqueologia e património*, Nova Série, 1, Vila Nova de Gaia, pp. 47-77.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2000) – Proto-história e romanização do Porto, *Al-Madan*, 9, Almada, pp. 94-103.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2007) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª ed. [revista e atualizada], Paços de Ferreira: Câmara Municipal/MACS/CACEC.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2011) – Museu Municipal de Penafiel. Memória e Identidade, *A fonte. Fonte de estímulo intelectual*, 6, Porto, pp. 20-25.

- SILVA, Armando C. Ferreira da (2013) – A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal, *Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, 13 (2), São Luís [Maranhão], pp. 22-51. Disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/index>.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2015) – *As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e epigrafia dos Turduli Veteres. Estudos do Quaternário*, 13, Braga, pp. 68-74.
- SIMPSON, Christopher J. (1993) – The Original Site of the ‘Fasti Capitolini’, *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, vol. 42:1, [Erfurt]: Franz Steiner Verlag, pp. 61-81.
- SMITH, Roland R. R. (1988) – *Simulacra Gentium: the Ethne from the Sebasteion at Aphrodisias, The Journal of Roman Studies*, 78, London, pp. 50-77.
- SOARES, Torquato de Sousa (1957) – Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal, *Revista Portuguesa de História*, Tomo VII [Homenagem ao Prof. Pierre David, vol. II], Coimbra, pp. 193-342.
- SORACI, Cristina (2016) – Osservazioni in merito al lessico giuridico-amministrativo e tributário di Plinio il Vecchio, in DALENA, Pietro; URSO, Carmelina, eds. – «Ut sementem feceris, ita metes». *Studi in onore di Biagio Saitta*, Roma: Bonanno Editore, pp. 553-572.
- SYME, Ronald (1969) – Pliny, the Procurator, *Harvard Studies in Classical Philology*, 73. Harvard, pp. 201-236.
- TARRÍO, Ana María S. (2010) – Memória e intencionalidade na transmissão humanística de material epigráfico. A propósito de uma inscrição da *Gallaecia* na *Geographia* do Dr. João de Barros (CILII, 2422), *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* (SEBarc), 8, Barcelona, pp. 179-200.
- TAYLOR, Lily R. (1946) – The date of Capitoline *Fasti*, *Classical Philology*, 41:1 (jan. 1946), Chicago: University of Chicago Press, pp. 1-11.
- TAYLOR, Lily R. (1951) – New indications of Augustan editing in the Capitoline *Fasti*, *Classical Philology*, 46:2 (april 1951), Chicago: University of Chicago Press, pp. 73-80.
- TORRES RODRÍGUEZ, Casimiro (1951-1952) – Conquista de Galicia por los romanos, antes de las guerras cántabras, *Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela*, 57-60, Santiago, pp. 77-110 (páginas citadas da separata).
- TOVAR, António (1989) – *Iberisches Landeskunde. Segunda parte. Las tribus y las ciudades de la Antigua Hispania*, Tomo 3: Tarraconensis, Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner.
- TRAINA, Giusto (2007) – La géographie entre érudition et politique: Pline l’Ancien et les frontières de la connaissance du monde, in CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre, eds. – *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, Madrid: Diputación de Málaga; Casa de Velázquez, pp. 95-114.
- TROTTA, Francesco (1999) – Estrabón, el Libro III y la tradición geográfica, in ANDREOTTI, Gonzalo Cruz, coord. – *Estrabón e Iberia: nuevas perspectivas de estudio*, Málaga: Universidad, pp. 81-99.

- TRANOY, Alain (1977) – A propos des *Callaeci* de Pline. Epigraphie et peuplement, *Bracara Augusta*, 31, Braga, pp. 225-233.
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris: Diffusion de Boccard.
- ÜNTERMANN [et al.], Jürgen (coord.); SIMÓN CORNAGO, Ignacio; KOCH, Michael; DE HOZ, Javier; GORROCHATEGUI, Joaquín (2018) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band VI, Die vorrömische einheimische Toponymie des antiken Hispanien*, Wiesbaden: Ludwig Reichert.
- VIAL-LOGEAY, Anne (2017) – Délocaliser la culture? Quelques remarques sur l'*Histoire Naturelle* de Pline l'Ancien et la culture de son temps, in CIPRÉS TORRES, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*, ("Anejos de Veleia". Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 15-31.
- WOOLF, Greg (2013) – Ethnography and the Gods in Tacitus' *Germania*, in ALMAGOR, Eran; SKINNER, Joe (eds.) – *Ancient Ethnography. New Approaches*, London: Bloomsbury, pp. 133-152.

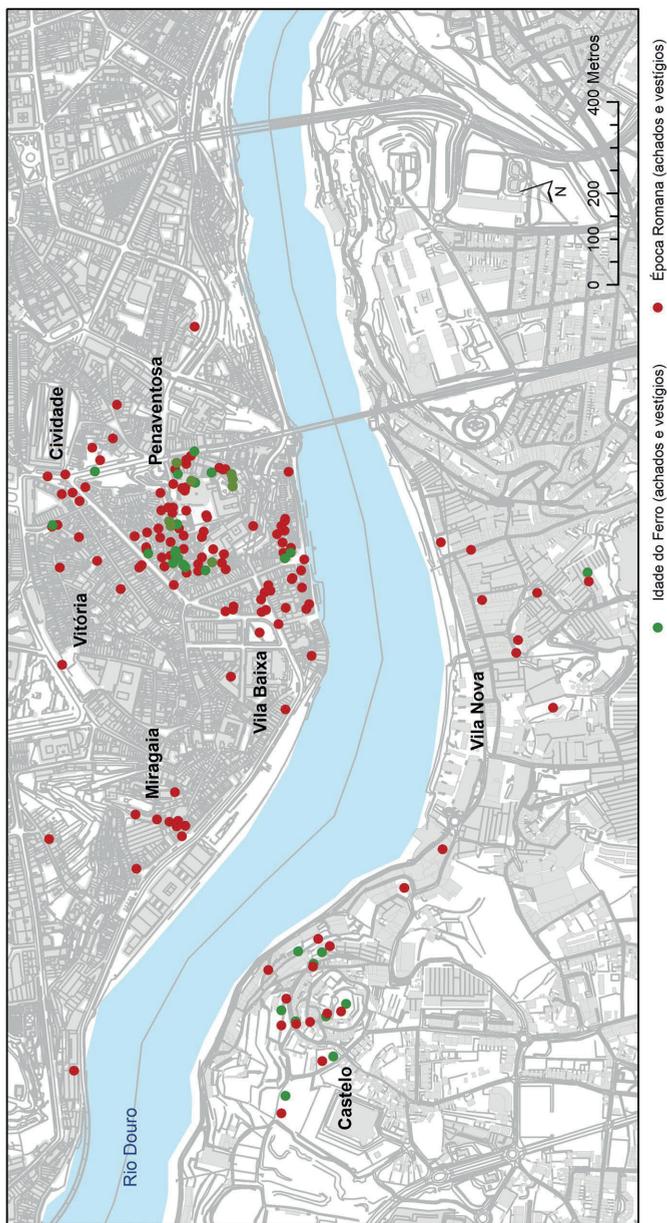


FIG. 1 – Ocupação da Idade do Ferro e de época Romana das duas margens do Douro, destacando-se os núcleos principais de Penaventosa/Vila Baixa e Castelo/Vila Nova (SILVA, 2021: 688).